

Ciência da informação e Arquivologia: áreas do conhecimento?

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES
*Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Universidade de Brasília (UnB)*

*En fait, le classement des
connaissances, selon une hiérarchie
des disciplines, n'est que le reflet de
valeurs sociales: quelle est la reine
des sciences?*¹
(Gass, 1972: n7)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 1970, acontece, na cidade de Nice, França, um Seminário sobre a Interdisciplinaridade nas Universidades. Organizado pelo Centre pour la Recherche et l'Information dans l'Enseignement (CERI), com a colaboração do Ministério Francês de Educação Nacional, o evento reúne um grupo de pesquisadores em torno do assunto, a fim de analisar se e como a interdisciplinaridade poderia realmente favorecer o ensino e a pesquisa adaptados à evolução do conhecimento da nossa sociedade (Centre pour la Recherche et L'information dans L'enseignement 1972).

1 “De fato, a classificação do conhecimento, segundo uma hierarquia de disciplinas, não é mais que o reflexo de valores sociais: qual é o reino das ciências?” (Gass, 1972: 7, tradução nossa).

Na mesma década, a Arquivologia dá grandes passos no cenário brasileiro: em 1970, é publicado o Mensário do Arquivo Nacional (MAN), uma espécie de correio de notícias arquivísticas internacionais e nacionais; em 1971, é criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que realiza o I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), quando é recomendada a definição de um currículo mínimo para os cursos de Arquivologia, que têm a sua criação em nível superior aprovada, no mesmo ano, pelo Conselho Federal de Educação (CFE); em 1974, é fixado o currículo mínimo e a duração para os cursos de Arquivologia em nível superior, pelo CFE; em 1976, é aprovado o quadro de professores do Curso Permanente de Arquivos (CPA) —que funciona no Arquivo Nacional (AN) desde 1960— e dos cursos avulsos do AN; e em 1977, o CPA é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), com a denominação de Curso de Arquivologia, abrindo caminho para outros quinze cursos que a partir daí seriam criados em várias universidades brasileiras.²

Desde 2002, realizamos uma extensa pesquisa, mediante um amplo projeto dedicado ao estudo da trajetória de institucionalização e configuração da Arquivologia como disciplina no Brasil, conjugando suas interlocuções internacionais e diálogos com outras disciplinas. Esse projeto é desdobrado em quatro fases: iniciação científica (Cunha 2003), no âmbito do curso de Arquivologia (2002-2003); mestrado (2005-2007) e doutorado (2007-2011) no Programa de

2 Os dezesseis cursos de graduação em Arquivologia brasileiros estão distribuídos nas seguintes universidades: Unirio, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), UnB, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Fundação Universidade do Rio Grande do Sul (FURG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Pósgraduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB) (Marques 2007; 2011); e, atualmente, estágio pós-doutoral no Brasil e na França (École Nationale des Chartes).

A partir dos resultados das fases já concluídas da pesquisa, observamos que, apesar de a trajetória da Arquivologia ter um viés predominantemente histórico no Brasil, muito em razão da atuação do AN, a sua configuração como disciplina científica se delinea bastante próxima da Ciência da Informação, considerando: os vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de graduação; a titulação dos docentes desses cursos; a vinculação das pesquisas com temas arquivísticos no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*; a classificação da disciplina no âmbito das áreas do conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em graus variados, esses aspectos retomam os critérios para a caracterização da natureza de uma disciplina propostos por Heckhausen (1972), no evento sobre Interdisciplinaridade, realizado em Nice: domínio material, domínio de estudo, nível de integração teórica, métodos, instrumentos de análise, aplicações práticas e contingências históricas das disciplinas.

Os três primeiros aspectos foram estudados nas três primeiras fases da nossa pesquisa, enquanto o último vem sendo desenvolvido no âmbito do estágio pós-doutoral. Ainda que entendamos que sejam vertentes complementares de um mesmo objeto de estudo, qual seja, a configuração da Arquivologia como disciplina científica, mediante a sua institucionalização e as suas relações interdisciplinares nesse processo, neste capítulo optamos por recortá-lo, apresentando as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, mais sob o olhar da primeira do que da segunda disciplina, considerando a nossa formação, titulação e os nossos interesses de pesquisa. O ângulo escolhido remete a uma síntese da atual fase da pesquisa, levando-nos à seguinte questão, condutora deste capítulo: a classificação da Ciência da Informação e da Arquivologia nas tabelas de áreas do conhecimento (TACs), pelo CNPq, reflete as trajetórias históricas e as configurações atuais dessas disciplinas no Brasil?

Evidentemente, não temos a pretensão de responder esta questão, dada a sua complexidade. Entretanto, considerando a relevância da sua reflexão, buscamos pistas para analisá-la, apresentando,

ainda que não exaustivamente, o histórico da estruturação das áreas do conhecimento no Brasil. Apoiados nas contingências históricas das disciplinas às quais Heckhausen (1972) se refere, bem como nas teorias da classificação e das relações entre disciplinas, retomamos as quatro propostas de TACs do CNPq.

A TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS

A história dos problemas taxonômicos pode ser compreendida em quatro épocas: 1) de Platão e Aristóteles aos grandes taxonomistas do século XVIII, quando as classificações eram hierárquicas e estabelecidas segundo critérios únicos; 2) do século XVIII, quando surgem as classificações hierárquicas pautadas em multicritérios e virtualmente infinitas; 3) do fim do século XVIII ao início do século XIX, com as classificações combinatórias ou de ordens múltiplas cruzadas; 4) e do século XX até nossos dias, com modelos algébricos rigorosos, classificação numérica automatizada e informatizada (Parrochia, 1998).

Numa ampla perspectiva da definição de classificação, temos vários estudiosos da Filosofia, que chegam, inclusive a apresentá-la em dicionários dessa área (Santos, 1963; Abbagnano, 2003; Durozoi e Roussel, 2002), somente para citar alguns exemplos. Conforme a teoria da classificação, esta é a redução da multiplicidade indefinida de seres a um número finito de tipos que representem tudo o que esses seres têm em comum e as relações gerais que os unem. Dessa forma, “Classificar é distribuir ou repartir indivíduos em grupos distintos, a partir de características comuns e de características diferentes” (Liard, s. d.: 127), considerando suas marcas superficiais (variáveis), numa classificação artificial, ou essenciais (permanentes), numa classificação natural. Como bem assinala Liard (134):

Considerados em si mesmos, os tipos que nós encontramos nos diversos estágios de classificação são imagens, não imagens de indi-

víduos determinadas, mas, se assim pudermos dizer, de imagens gerais, de *esquemas*, como dizem os estudiosos, nas quais são condensados os traços comuns a toda uma categoria de indivíduos.

Assim, podemos entender a classificação como um processo lógico (Japiassu e Marcondes, 1991; Durozoi e Roussel, 2002), do qual são definidas classes (Japiassu e Marcondes, 1991; Abbagnano, 2003) ou grupos (Santos, 1963), a partir de características comuns dos elementos representados (Japiassu e Marcondes, 1991; Nadeau, 1999).

A exemplo de amplas definições de “classificação”, estudiosos da Filosofia também trazem definições para “classe” (Japiassu e Marcondes, 1991; Nadeau, 1999; Abbagnano, 2003). Para os primeiros autores, “Em seu sentido lógico, classe é um conjunto de seres, de objetos ou fatos, em número indeterminado, todos possuindo certas características comuns” (Japiassu e Marcondes, 1991: 51, grifos nossos).

Quanto às perspectivas da classificação, Pombo (1998) apresenta as quatro orientações de classificação propostas por Diemer (1974)

- Ontológica (classificação dos seres): trata do problema da classificação nas ciências (Biologia, Geologia, Cosmologia, Antropologia ou Tipologia psicológica).
- Gnosiológica (classificação das ciências): trata do problema da classificação das ciências, no âmbito da Filosofia da Ciência.
- Biblioteconômica (classificação dos livros).
- Informacional (classificação das informações).
- As duas últimas correspondem, segundo a autora, a uma ciência da classificação, dedicada ao estudo dos sistemas de classificação. Tendo em vista os objetivos da nossa pesquisa, centramo-nos na segunda orientação, que abrange a classificação das ciências.

O pioneirismo da sistematização da classificação do conhecimento é tributado ao italiano Angelo Poliziano, humanista e poeta

que, em 1941, publica um esquema das relações entre as ciências ou áreas do conhecimento chamado “Panepistemon”, iniciando o “‘movimento’ de elaboração de sistemas de classificação” (Dahlberg, 1979: 353).

Todavia, antes e depois dele, vários outros estudiosos se dedicam a classificar o conhecimento do seu tempo. Dentre eles, podemos mencionar o famoso Francis Bacon, Mario Nizolio, Comte, Ampère, Saint-Hilaire, Spencer, Dilthey, Wundt, Windelband, Rickert, Ostwald, Henry Evelelyn Bliss, Carnap, Ranghanathan e Samurin (Santos, 1963; Dahlberg, 1979; Durozoi e Roussel, 2002; Abbagnano, 2003).

A classificação das ciências do século XIX tem suas raízes na sistemática naturalista do século anterior (Pombo, 1998) e também passa a ser objeto de definição pela Filosofia. “A unidade da ciência funda-se na unidade de seu objeto”, que pode ser, segundo Santos (1963: 274), material (concreto) ou formal (aspecto particular do objeto material, que caracteriza a ciência). Nesse sentido, “A variedade do objeto formal permitiu a especialização científica, como também a classificação das ciências” (Santos, 1963: 275).

Abbagnano (2003: 140), por sua vez, distingue os papéis da enciclopédia e das classificações científicas, explicando que:

Enquanto uma *enciclopédia* é a tentativa de dar o quadro completo de todas as disciplinas científicas e de fixar de modo definitivo as suas relações de coordenação e subordinação, uma classificação das C. tem só o intuito mais moderno de dividir as C. em dois ou mais grupos, *segundo a afinidade de seus objetos* ou de seus instrumentos de pesquisa.

Independentemente das classes adotadas, Pombo (1998) pontua que toda classificação das ciências possui: um agente classificativo, um mecanismo classificador, um princípio de classificação, uma multiplicidade de fins, elementos finitos, um contexto de classificações precedentes, um produto externo da atividade classificadora.

ENTRE DISCIPLINAS

Muitas são as definições e reflexões sobre interdisciplinaridade e suas variações (multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade, etc). No Seminário sobre a Interdisciplinaridade nas Universidades (Nice, 1970), alguns estudiosos definem a interdisciplinaridade de forma ampla, sem estabelecer condições específicas para a sua existência, como Berger (1972) e Jantsch (1972). Outros pesquisadores, para defini-la, já pressupõem a reciprocidade gerada pelos diálogos entre disciplinas: é o caso de Piaget (1972), por exemplo.

Ao longo dos anos, muitos autores vêm transitando entre posicionamentos e definições diversas, sobrepondo e multiplicando denominações em torno das relações entre disciplinas. Para os portugueses, Pombo, Guimarães e Levy (1994: 12), diversos conceitos são construídos com base na “diferente *prefixação* da palavra disciplinaridade. Nesse sentido, a etimologia do prefixo ‘inter’ poderia explicar a [...] centralidade e carácter intermédio do conceito de interdisciplinaridade”. A comparação dos diferentes graus de relações entre as disciplinas é didaticamente apresentada por esses autores e, por nós, sintetizada:

Quadro 1.
Classificação dos níveis de intensidade de integração entre disciplinas

Definição	Intensidade	Forma de integração
Pluridisciplinaridade	fraca	coordenação
Interdisciplinaridade	crescente	combinação
Transdisciplinaridade	elevada	fusão

Fonte: elaboração própria, com base em Pombo, Guimarães e Levy (1994).

A partir dessas definições, gostaríamos de destacar o que nos parece evidente: se são relações entre disciplinas, então estas são, pelo menos inicialmente, distintas.

CLASSIFICAÇÕES DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO NO BRASIL

Com a primeira grande guerra mundial, há o reconhecimento da eficácia da Ciência & Tecnologia (C&T) para a definição das batalhas. Nessa perspectiva, surgem as fundações particulares para incentivo à C&T, assim como ideias de criação de muitos conselhos de pesquisa, no âmbito de políticas nacionais (Motoyama e Nagamini, 1996: 332-333).

A história do CNPq pode ser contada a partir da década de 1920, quando surge, na Academia Brasileira de Ciências (ABC), a ideia da necessidade de criação de um conselho de pesquisas (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984; Motoyama, 1985; Motoyama e Nagamini, 1996). A instituição recebe o apoio de pesquisadores, cientistas e políticos, que acalentam essa ideia. Contudo, a falta de apoio político e do próprio Estado evidencia a necessidade de articulação entre os políticos e pesquisadores, que enfrentam muitos desafios em torno dos seus objetivos, até a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, em 15 de janeiro de 1951, pela Lei 1.310.³

A TAC do CNPq tem a sua estrutura de base nesse contexto e passa por atualizações, ao longo do tempo, de acordo com demandas relacionadas à incorporação de áreas não contempladas. A classificação das áreas do conhecimento delinhi-se como instrumento de sistematização de informações sobre C&T, especialmente para o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas. Tratando de difícil, complexa e delicada classificação no âmbito de interesses diversos, a organização e representação do conhecimento trabalha com conceitos complexos; envolve gestores, administradores, agências de fomento e de avaliação, sociedades científicas, institutos de pesquisa e a comunidade científica como um todo. Ao abranger a

3 A trajetória histórica do CNPq é detalhadamente apresentada por Motoyama (1985) e Motoyama e Nagamini (1996), Andrade (1998) e Domingos (2004) também a apresentam criticamente.

comunicação em ciência, a administração de programas de agência de fomento (informação sobre C&T e não informação de C&T) e a produção de estatísticas nacionais, a TAC é, assim, um dos instrumentos de sistematização de dados em C&T. Nesse sentido, as áreas do conhecimento são um elemento referencial, de categorização das agências de fomento, no contexto do ensino, da pesquisa e da inovação (Souza, 2004; 2006; 2008).

Entre 1951 e 1966, o CNPq reconhece sete setores como áreas do conhecimento: Biologia e Ciências Médicas; Agronomia; Química; Física e Astronomia; Matemática; Geologia ou Ciências da Terra; e Tecnologia (Romani, 1982). Em 1966, são concebidos mais dois setores: Veterinária e Ciências Sociais. O setor técnico, por sua vez, deixa de aparecer nessa classificação.

Dez anos mais tarde, o critério para a classificação das áreas do conhecimento passa a corresponder aos 15 comitês assessores. E é nesse ano, em 1976, que o Conselho publica a sua primeira TAC, segundo a qual, “A classificação das Áreas do Conhecimento tem por finalidade permitir ao CNPq e, eventualmente, a outros órgãos e instituições, sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e a formação de recursos humanos para a pesquisa” (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1978: 3). Nesse documento, a Comunicação (área) abrange as Ciências da Informação (subárea), que tem como especialidades: Sistemas da Informação; Biblioteconomia e Documentação. A Arquivologia não aparece nessa classificação.

Em 1978, essa tabela é atualizada e, em 1982, a segunda TAC do CNPq é publicada, hierarquizando áreas, subáreas e especialidades dentro de cinco grandes áreas (Souza, 2005). Na grande área “Ciências Humanas, Sociais e Artes”, a área denominada como “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia” é contemplada com duas subáreas: Teoria da Informação e Tratamento da Informação. Como especialidades da Teoria da Informação aparecem: Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; Teoria da Classificação; Representação da Informação; e Métodos Quantitativos, Bibliometria. Como especialidades da subárea Tratamento da Informação: Técnicas de Recuperação da Informa-

ção; Processos de Disseminação da Informação; e Organização de Arquivos.

Em 1984, é publicada a terceira TAC que, no texto da sua apresentação, enuncia: “A Classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações” (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984: s.p.). As áreas e subáreas são rearranjadas em oito grandes áreas. Na grande área “Ciências Sociais Aplicadas”, a Ciência da Informação (agora no singular) aparece como área, subdividida nas seguintes subáreas: Teoria da Informação (com as especialidades Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; e Representação da Informação), Biblioteconomia (com as especialidades Teoria da Classificação; Métodos Quantitativos, Bibliometria; Técnicas de Recuperação da Informação; e Processos de Disseminação da Informação) e Arquivologia (com a especialidade Organização de Arquivos). A Arquivologia é, então, contemplada como subárea da área Ciência da Informação. A Museologia é uma área à parte, sem subdivisões (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 1984; Souza 2004; 2005; 2008; Souza e Stumpf, 2009).

Essa versão da TAC passa por duas tentativas de revisão, na década de 1990 e em 2005.⁴ Nesta última, a tabela teria oito grandes áreas, dentre as quais, as Ciências Socialmente Aplicáveis, que, por sua vez, contemplariam a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia como áreas distintas.

⁴ Em 2005, o CNPq, a CAPES e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) compõem uma comissão especial de estudos para propor uma nova TAC, considerando a defasagem da tabela em vigor e a “forte tendência de interdisciplinaridade das áreas do conhecimento”. Essa comissão deveria, em sintonia com as tendências internacionais e com a comunidade científica, estudar as profissões com base na Organização Internacional do Trabalho (OIT), mapear os problemas das grandes áreas e definir as bases epistemológicas para a nova tabela (Portaria conjunta do CNPq, CAPES e FINEP, de 2 de março de 2005).

Entretanto, por diversas razões, essa proposta não se consolida e a tabela em vigor ainda é a de 1984, que possui 9 grandes áreas (Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; e Linguística, Letras e Artes; Outros), 76 áreas, 340 subáreas e 867 especialidades, conforme síntese apresentada no quadro 2. Esses quatro níveis de subdivisão são assim definidos:⁵

- 1) Grandes áreas: “aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos”.
- 2) Áreas: “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”.
- 3) Subáreas: “segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados”.
- 4) Especialidades: “caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas básicas e subáreas”.

5 Informações disponíveis em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em 4 ago. 2014.

Quadro 2.
Estruturação das áreas do conhecimento pelo CNPq (1951-2005)

Divisões	1951-1966	1966	1976	TAC 1976	TAC 1982	TAC 1984	Proposta de revisão da TAC (2005)
Grandes áreas	-	-	-	-	5	8 ¹	8
Áreas	7	8	15	42	70	76	94
Subáreas	-	-	-	-	-	340	456
Especialidades	-	-	-	-	-	867 ²	Não (lista alfabética)

¹ Depois foi incluída outra grande área “Outros”, com 23 itens listados em ordem alfabética (De Fernandez, 2005 [?]).

² À época da publicação da última TAC, as especialidades não foram detalhadas (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 1984). Este número corresponde às especialidades incorporadas na tabela em 2002.

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1978; 1984), Romani (1982), Souza (2004; 2005; 2008), Souza e Stumpf (2009).

ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da classificação das ciências e das relações entre as disciplinas, retomamos o histórico da estruturação das áreas do conhecimento, pelo CNPq, por meio das suas quatro propostas de TACs, relacionando a Arquivologia e a Ciência da Informação, em perspectivas de coordenação e de subordinação, conforme quadro 3.

A partir deste quadro, retomamos a questão condutora deste trabalho: a classificação da Ciência da Informação e da Arquivologia nas TACs, pelo CNPq, reflete as trajetórias históricas e as configurações atuais dessas disciplinas no Brasil?

Os diversos modelos de classificação, segundo vários estudiosos, evoluíram, ao longo do tempo, de forma a buscar atender diversas demandas. Dessa maneira, os modelos utilizados atualmente são herdeiros desses aperfeiçoamentos, embora não exista consenso a respeito. Considerando as citações de Liard (s. d.) e Gass (1972), podemos entender que as classificações, inclusive aquelas das ciências

Quadro 3.
Configuração da Ciência da Informação e da Arquivologia
na estruturação das áreas do conhecimento pelo CNPq (1951-2005)

Datas	Ciência da informação	Arquivologia
1951-1966	Não aparece	Não aparece
1966	Não aparece	Não aparece
TAC 1976	<p>Área: Comunicação Subárea: Ciências da Informação Especialidades: Sistemas de Informação; Biblioteconomia e Documentação; e Outras (com a indicação especificar)</p>	Não aparece
TAC 1982	<p>Grande área: Ciências Humanas, Sociais e Artes Área: Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia Subáreas: Teoria da Informação e Tratamento da Informação. Especialidades da Teoria da Informação: Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; Teoria da Classificação; Representação da Informação; e Métodos Quantitativos, Bibliometria Especialidades do Tratamento da Informação: Técnicas de Recuperação da Informação; Processos de Disseminação da Informação; e Organização de Arquivos</p>	Aparece como área, juntamente da Ciência da Informação. A Organização de Arquivos aparece como especialidade da subárea Tratamento da Informação
TAC 1984	<p>Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Área: Ciência da Informação Subáreas: Teoria da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia Especialidades da Teoria da Informação: Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; e Representação da Informação Especialidades da Biblioteconomia: Teoria da Classificação; Métodos Quantitativos, Bibliometria; Técnicas de Recuperação da Informação; e Processos de Disseminação da Informação Especialidade da Arquivologia: Organização de Arquivos</p>	Aparece como subárea da área Ciência da Informação
Proposta de revisão da TAC (2005)	<p>Grande área: Ciências Socialmente Aplicáveis Área: Ciência da Informação Subáreas: Fundamentos da Ciência da Informação; Organização do Conhecimento; Gestão da Informação; Disseminação e Uso da Informação; Política e Economia da Informação; e Tecnologias da Informação</p>	<p>Grande área: Ciências Socialmente Aplicáveis Área: Arquivologia Subáreas: Fundamentos de Arquivologia; Gestão Arquivística; Métodos Arquivísticos; e Arquivologia Especializada</p>

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1978; 1984), Romani (1982), Souza (2004; 2005; 2008), Souza e Stumpf (2009).

(as classificações das áreas do conhecimento que nos interessam) são imagens sociais condensadas e representadas em esquemas, logo, redutoras da realidade.

Assim ocorre também com as TACs no Brasil, as quais parecem desempenhar papel mais enciclopédico, mediante a fixação das relações entre as disciplinas, como afirma Abbagnano (2003), do que a divisão científica em grupos, pela afinidade dos objetos e dos instrumentos de pesquisa das áreas do conhecimento, respeitando as singularidades das diversas disciplinas científicas.

A classificação das áreas do conhecimento no Brasil tem, como agentes classificativos, pesquisadores representantes das diversas áreas, que utilizam a hierarquização dessas áreas como mecanismo classificador, segundo princípios de classificação que não nos parecem claros —como, por exemplo, a ordem histórica da constituição e diferenciação das disciplinas; ou a natureza dos objetos estudados, como propõe Pombo (1998)—, tendo fins práticos, ao conjugar disciplinas constituídas e disciplinas em vias de constituição, num contexto de classificações precedentes, do próprio CNPq, gerando esquemas, conhecidos como TACs.

Enquanto na primeira versão da TAC do CNPq (1976), a Arquivologia nem aparece, na segunda versão desse documento (1982), ela é contemplada como uma área, juntamente da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. É importante destacar que, nessa classificação verificamos um grande avanço, quando a Arquivologia e a Biblioteconomia passam de especialidades para a denominação de área (embora não tenhamos informações que justifiquem essa emancipação das duas disciplinas). Afinal, tratam-se de campos do conhecimento anteriores à própria Ciência da Informação, que, segundo grande parte dos estudiosos, teria se constituído no contexto do pós-guerra.

Na terceira versão da TAC (1984), que está em vigor, embora a Arquivologia seja contemplada, a sua posição é de subordinação à Ciência da Informação. Verificamos, pois, um retrocesso no reconhecimento da Arquivologia como área do conhecimento, que é redefinido na proposta de revisão da tabela, em 2005, quando a Arquivologia apareceria independente da Ciência da Informação,

configurando um grande avanço para o reconhecimento político-institucional para a disciplina arquivística.

Mas como essa proposta não se concretiza, entendemos que a classificação atual da Arquivologia, como uma subárea da Ciência da Informação, parece pautar-se muito mais em suas características superficiais do que essenciais. As características essenciais, com base em Liard (s. d.), são aquelas permanentes, invariáveis, que, no caso da Arquivologia, relacionam-se à organicidade dos arquivos, aspecto particular desses conjuntos documentais que são produzidos e acumulados em razão das atividades de pessoas físicas e jurídicas (Arquivo Nacional, 2005; Bellotto, 2014), o qual, por sua vez, singulariza a Arquivologia no mundo científico, especialmente no campo da informação (Marques, 2011), conjugando princípios e métodos particulares dessa disciplina. Portanto, a organicidade é qualidade inerente aos arquivos e não parece comum às informações produzidas em outros contextos, que não sejam, necessariamente, conjuntamente ligadas às atividades de pessoas e instituições, de forma registrada.

Evidentemente, esta particularidade dos arquivos e, consequentemente da Arquivologia, não insula a disciplina, mas multiplica as suas possibilidades de interlocução, conforme constatamos ao longo da nossa pesquisa (Cunha, 2003; Marques, 2007; 2011). Os diálogos da Arquivologia com outras disciplinas, especialmente com a Ciência da Informação, não afetam a sua identidade como disciplina científica: afinal, como apontam Rousseau e Couture, “Autonomia não significa isolamento” (1998: 73). O amadurecimento da disciplina traduziu-se na necessidade de criação dos cursos de graduação e, posteriormente, no desenvolvimento de pesquisas com temáticas arquivísticas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Dessa forma, observamos que os vínculos institucionais da Arquivologia na universidade e a formação do quadro docente dos seus cursos de graduação são aspectos que demonstram as interfaces das suas relações com outras disciplinas, influenciando na sua produção científica e propiciando a afirmação de sua identidade como disciplina científica.

Se a interdisciplinaridade (e suas variações) é configura-se justamente em decorrência das relações entre disciplinas, parece-nos

evidente que não podemos reduzir a Arquivologia à Ciência da Informação (e vice-versa). Qualquer redução nesse sentido seria um desrespeito à trajetória histórica e à configuração epistemológica dessas disciplinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, Nicola. (2003). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Andrade, Ana Maria Ribeiro de. (1998). “História e fonte para a história do CNPq”. En *Museu de Astronomia e Artes Afins*. Rio de Janeiro: MAST.
- Arquivo Nacional. (2005). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Belloto, Heloísa Liberati. (2014). “O sentido dos arquivos”. En *I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais—DIARQ*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Acesso em 29 março 2015 https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385c-c06bbb48--fala_bellotto.pdf.
- Berger, Guy. (1972). “Opinions e réalités”. En Centre Pour la Recherche et l’Information dans l’Enseignement. *L’interdisciplinarité: problèmes de l’enseignement et de recherché dans les universités*, 19-74. Paris: OCDE.
- Centre pour la Recherche et l’Information dans l’Enseignement. (1972). *L’interdisciplinarité: problèmes de l’enseignement et de recherché dans les universités*. Paris: OCDE.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (1978). “Classificação das áreas do conhecimento”. *Cadernos de Informação em Ciência e Tecnologia* 1.
- Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (1984). *Áreas do conhecimento: classificação*. Brasília: CNPq: 55.

- Cunha, Angelica Alves da. (2003). "A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras". En: *Congresso de iniciação científica da UnB, 9, 2003, Brasília. Resumos*. Brasília: UnB.
- Dahlberg, Ingetraut. (1979). "Teoria da classificação, ontem e hoje". Em *Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica. Anais, 352-370*. Rio de Janeiro: IBICT.
- Domingos, Manuel. (2004). "A trajetória do CNPq". *Acervo* 17-2:19-40.
- Domingos, Manuel e Rosali Fernandez. (2005). *Sobre as áreas do conhecimento*. Brasília: Fundo CNPq [?].
- Durozoi, Gérard e André Roussel. (2002). *Dicionário de Filosofia*. Campinas: Papirus.
- Gass, J. R. (1972). Prefácio de *Centre pour la Recherche et l'Information dans l'Enseignement. L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités*, 7-8. Paris: OCDE.
- Heckhausen, Heinz. (1972). "Discipline et interdisciplinarité". En *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités*, 83-90. Paris: OCDE.
- Jantsch, Erich. (1972). "Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation". En *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités*, 98-125. Paris: OCDE.
- Japiassu, Hilton e Danilo Marcondes. (1991). *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Liard, Louis. *Logique*. Paris: Masson, s.d.
- Marques, Angelica Alves da Cunha. "Os lugares da Arquivologia no campo da informação". *Ciência da Informação* 41-1 (2013):109-123.

- . (2011). “Interlocações entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil”. Tese Doutorado em Ciência da Informação. Brasília: Universidade de Brasília.
- . (2007). *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Archivística como disciplina no Brasil. Dissertação Mestrado em Ciência da Informação*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Motoyama, Shozo. (1985). “A gênese do CNPq”. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência* 2: 27-46.
- Motoyama, Shozo e Marilda Nagmini. (1996). “CNPq e CNRS: duas histórias numa perspectiva comparada”. En Amélia Império Hamburger *et al.*, *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*, 331-359. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP.
- Nadeau, Robert. (1999). *Vocabulaire technique et analytique de l'epistemologie*. Paris: Puf.
- Parrochia, Daniel. (1998). “Classifications, histoire et problèmes formels”. *Bulletin de la Société Francophone de Classification*. Paris, n. 10.
- Piaget, Jean. (1972). *L'epistemologie des relations interdisciplinaires*. En *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*, 131-144. Paris: OCDE.
- Pombo, Olga. (1998). “Da classificação dos seres à classificação dos saberes”. *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 2:19-33.
- Pombo, Olga; Henrique M. Guimarães e Teresa Levy. (1994). *A interdisciplinaridade: reflexão e experiência*. Lisboa: Texto.
- Romani, Jacqueline Pitanguí. (1982). “O Conselho Nacional de Pesquisas e Institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil”. En *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*, Simon Schwartzman, ed., 137-167. Brasília: CNPq.

- Rousseau, Jean-Yves e Carol Couturr. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Santos, Mário Ferreira dos. (1963). *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*, vol.1. São Paulo: Matese.
- Souza, Rosali Fernandez de. (2008). “A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq”. En *Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação*, 8, Salvador, 2008. *Anais*. Salvador.
- . (2006). “Organização e representação de áreas do conhecimento em Ciência e Tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso da informação”. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação* 1º sem (2006). Accesado em 29 de maio de 2017 em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p27/384>.
- . (2005). *Tabelas de áreas do conhecimento: proposta de metodologia do trabalho de revisão*. Brasília: CNPq.
- . (2004). “Áreas do conhecimento”. *DataGrama-Zero: Revista de Ciência da Informação*, 5-2.
- Souza, Rosali Fernandez de e Ida Regina Chitto Stumpf. (2009). “Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-graduação no Brasil”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14: 41-58.